

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2019.10.21.01

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, mediante as cotações de preços, realizadas pelo setor de compras tendo em vista a **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, NA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA INSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORAMENTO TECNICO NA ORIENTAÇÃO E ELABORAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE GRANJA/CE.** Onde verificou-se que o preço da proposta de menor valor, sem prejuízos para a Administração, encontra-se dentro do limite estabelecido por Lei, permitindo a DISPENSA de licitação. Resolve-se então, consoante autorização do Sr. ADRIANO FROTA TEIXEIRA, abrir o presente processo de dispensa de licitação para objeto supra.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

A Lei nº 8666/93 em seu art. 24 esclarece:

“É dispensável licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

omissis...

Art. 23, inciso II, alínea a: “II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);” (Vide Decreto nº 9.412, de 2019).

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A razão desta contratação encontra respaldo no fato de que, o valor a ser pago para a **CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, NA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA INSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORAMENTO TECNICO NA ORIENTAÇÃO E ELABORAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE GRANJA/CE,** está estimado em valor inferior ao teto mínimo para licitação, conforme prevê o Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo assim torna-se dispensável o processo licitatório pela **NECESSIDADE DE ATENDER O ARTIGO 36, PARAGRAFO 5 DA LC Nº 141, NO QUE SE REFERE AS**



NORMAS DE FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO, CONTROLE E APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO.

Encontra-se anexo a este processo as cotações de preços realizadas a fim de confirmar valores com a realidade dos praticados no mercado, como também promover a contratação com os valores mais vantajosos para a administração pública.

A dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, justifica-se ante o exposto pela obediência aos limites dispostos no art. 23, inciso II alínea "a", que estabelece valores para cada modalidade de licitação.

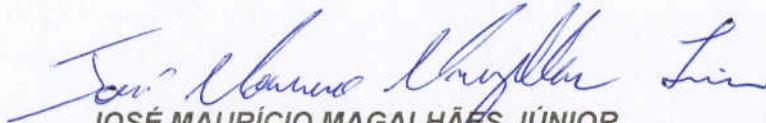
Foi feita a escolha da proposta da empresa **FIGUEIREDO CORREIA ASSESSORIA JURÍDICA E EMPRESARIAL**, inscrita no CNPJ Nº 24.316.320/0001-13, mais vantajosa e compatível com a realidade mercadológica, conforme consta nos autos do processo supracitado.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da proposta mais vantajosa, foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado, tendo em vista o caráter da contratação. Assim sendo, a escolha recaiu no que ofertou o menor preço compatível com a realidade mercadológica, conforme proposta anexa aos autos deste processo.

Com base nas propostas apresentadas ao Setor de Compras do Município de Granja CE, a contratação poderá ser realizada com a empresa acima citada, que cotou o menor preço no valor de **R\$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS)**. Valor este, que se enquadra no art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93.

GRANJA-CE, 21 de Outubro de 2019.



JOSÉ MAURÍCIO MAGALHÃES JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO